



Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil em um Instituto Federal de Ensino

Challenges to student retention in undergraduate programs: an analysis of dropout
reasons at a Federal Institute of Education

Desafíos para la permanencia en el grado: análisis de los motivos para la evasión
estudiantil en un Instituto Federal de Educación

Djair Araújo Santos¹

Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA, Brasil

Rosineide Pereira Mubarack Garcia²

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas/BA, Brasil

Recebido em: 11/08/2025

Aceito em: 22/10/2025

Resumo

Buscou-se neste artigo, refletir sobre os desafios para permanência de estudantes de graduação, a partir da exploração e análise das razões relatadas como determinantes para o cancelamento de matrícula em três cursos superiores de tecnologia de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Para atingir esse objetivo, foram analisados os conteúdos de 22 relatórios de entrevistas de saída de estudantes (produzidos pelo Serviço Social do Campus). O estudo, fundamentando-se em obras como Coulon (2017), Santos (2019), Senkevics (2021) e Santos e Garcia (2024), revelou que, apesar da discussão sobre permanência ser geralmente associada às questões de desigualdades sociais, existem diversos aspectos (pessoais, institucionais, socioeconômicos etc.) que podem interferir negativamente na permanência estudantil, sendo que no contexto investigado, destacaram-se questões relacionadas à definição e identificação com o curso.

Palavras-chave: Permanência. Evasão. Educação Superior.

Abstract

This article aims to reflect on the challenges related to undergraduate student retention, based on the exploration and analysis of the reasons reported as determinants for the enrollment cancellation in three higher education technology programs at a Federal Institute of Education, Science and Technology. To achieve this objective, the content of 22 exit interview reports (produced by the Campus Social Work Service) was analyzed. The study, grounded in works such as Coulon (2017), Santos (2019), Senkevics (2021), and Santos and Garcia (2024), revealed that, although student retention is often discussed in relation to social inequalities, a range of factors (including personal, institutional, and socioeconomic aspects) may negatively affect student persistence.

¹ djair.estudante@gmail.com.

² rose.mubarack@ufrb.edu.br.

In the investigated context, issues related to course choice and students' identification with their academic program emerged as particularly significant.

Keywords: Student retention. Dropout. Higher Education.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los desafíos relacionados con la permanencia de estudiantes de grado, a partir de la exploración y el análisis de las razones señaladas como determinantes para la cancelación de la matrícula en tres carreras de tecnología de nivel superior en un Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología. Para alcanzar ese objetivo, se analizaron los contenidos de 22 informes de entrevistas de salida estudiantil (elaborados por el Servicio Social del campus). El estudio, fundamentado en obras como Coulon (2017), Santos (2019), Senkevics (2021) y Santos y Garcia (2024), reveló que, aunque la discusión sobre la permanencia suele estar asociada a cuestiones de desigualdades sociales, existen múltiples factores (personales, institucionales, socioeconómicos, entre otros) que pueden incidir negativamente en la continuidad de los estudios. En el contexto investigado, se destacaron especialmente las cuestiones relacionadas con la elección e identificación con la carrera.

Palabras clave: Permanencia. Evasión. Educación Superior.

Introdução

O número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) brasileira aumentou em 36,2% entre 2013 e 2023 – média anual de crescimento de 3,2%. Através das 2.580 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes em 2023, foram ofertadas mais de 18 milhões de novas vagas para cursos de graduação – um aumento de 8,1% em relação a 2022. Em números absolutos, 9.977.217 estudantes se matricularam em algum dos 45.959 cursos de graduação em 2023 (Brasil, 2024a; 2024b). Tais dados colaboram para ilustrar o processo de expansão do ensino superior ocorrido no Brasil nas últimas décadas, que, aliado a outras políticas educacionais – a exemplo da Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas), Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) etc. – tem ampliado e democratizado o ingresso para mais estudantes, incluindo aqueles provenientes de grupos sociais historicamente privados desse direito. O acesso à educação superior entre a população mais pobre (com idade entre 18 e 24 anos), por exemplo, foi de 6,2% para 8,4%, entre 2016 e 2022 (Brasil, 2024c). Apesar do inquestionável crescimento apontado pelos números, ainda existem esforços a serem realizados para que o processo de expansão do ensino superior brasileiro se consolide, pois pouco adiantará ampliar o ingresso sem que as condições para permanência e conclusão também estejam asseguradas.

Relatórios do Censo da Educação Superior (Censup) evidenciam que aproximadamente 60% dos estudantes de graduação que ingressaram em 2014 acabaram desistindo do curso nos 10 anos seguintes. Assim, dos 3.110.848 estudantes que ingressaram em 2014, observa-se que cerca de

1.866.508 acabaram deixando o curso nesse período (Brasil, 2024b). Esses números refletem um dos efeitos causados pelas adversidades (de diversas naturezas) para a permanência de parcela significativa dos estudantes: a evasão. Esse fenômeno, ainda que comum ao ambiente educacional, é indesejável pelas IES, pois sugere “[...] desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos [...], ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico” (Silva Filho *et al.*, 2007, p. 642). Trata-se de um problema complexo e multifatorial que desvela as fragilidades presentes no trajeto acadêmico e impacta significativamente áreas essenciais para o desenvolvimento e bem-estar social.

Enquanto “a definição de permanência (ou o ato de permanecer) se opõe à ideia de mover-se, o que, em se tratando do ensino superior, implicaria em uma saída – por conclusão ou evasão –” (Mendes, 2020, p. 386), o termo “evasão”, de modo geral, pode ser entendido como a interrupção voluntária (ou não) dos estudos pelo estudante, mesmo em decorrência de mobilidade acadêmica (transferência de curso/instituição) (Santos; Garcia, 2024). Portanto, a evasão é antagônica à permanência, pois, enquanto essa última é parte necessária do processo que levará o estudante à conclusão do curso (que, a princípio, pressupõe o sucesso acadêmico), a primeira é comumente associada a uma saída não exitosa do estudante (Mendes, 2020). Assim sendo, analisar a evasão é, em alguma medida, uma forma de se observar também a permanência.

O contexto de elevadas taxas de evasão na graduação brasileira justifica a realização de estudos voltados para a análise dos seus óbices, a fim de que, entre outras coisas, sejam fomentadas reflexões e discussões que resultem no fortalecimento da produção acadêmica, essa, um dos pilares fundamentais para criação de estratégias e ações voltadas para o aperfeiçoamento desse nível de ensino no Brasil. Logo, cabe questionar: quais são os obstáculos presentes na jornada acadêmica do estudante de graduação que influenciam negativamente sua permanência? Norteado por esta indagação, buscou-se refletir sobre os desafios envolvidos na permanência de estudantes de graduação, a partir da exploração e análise das causas sinalizadas como determinantes para o cancelamento de matrícula nos cursos superiores de tecnologia de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal de Ensino). Inicialmente, para alcançar o objetivo proposto, consultou-se a literatura sobre a temática com o intuito de se obter a sustentação teórica necessária para o trabalho. Dessa maneira, obras como Coulon (2017), Santos (2019), Senkevics (2021), entre outras, associadas a dados oficiais sobre a educação superior brasileira, colaboraram para a formação das bases teóricas desta produção. Em seguida, foram levantados 22 relatórios de entrevistas de saída (produzidos pelo Serviço Social do Campus) disponíveis nos processos de requerimento de cancelamento de matrícula. Após a leitura

exploratória dos documentos foi realizada a análise de conteúdo – pautada em Scali (2009) e Bardin (2016) – para que fossem identificadas as categorias correspondentes às razões apontadas para a desistência do curso. Pode-se afirmar que, de maneira geral, tratou-se de um estudo com abordagem qualitativa e intenção exploratória/analítica.

Este texto possui mais cinco seções além desta introdução. A seção seguinte expõe dados oficiais importantes para vislumbrar o processo de ampliação da educação superior brasileira, ao tempo que menciona os desafios comuns do percurso acadêmico. Posteriormente, o texto se volta para a apresentação das causas típicas para a evasão estudantil no contexto da educação superior – segundo a literatura sobre o tema. Enquanto isso, a quarta seção descreve os passos metodológicos para a produção do estudo. Na seção intitulada “Resultados e reflexões”, são trazidos ao texto os achados da pesquisa, os quais são analisados e discutidos. Por fim, a última seção recapitula os objetivos e os resultados do trabalho, além de relatar suas limitações e possíveis encaminhamentos.

Espera-se que esta investigação possa subsidiar outras, bem como favoreça o debate sobre permanência/evasão no ensino superior, com vistas ao desenvolvimento de medidas efetivas para o aperfeiçoamento desse nível de ensino no Brasil.

A trajetória acadêmica na graduação: breves considerações sobre ingresso, permanência e mobilidade

O início na graduação se dá pelo ingresso, momento no qual o estudante se vincula ao curso por meio da sua matrícula. Uma vez matriculado, espera-se que ele permaneça no curso até o final, movendo-se (deixando o curso) somente após a conclusão. Entretanto, há obstáculos presentes no percurso acadêmico que podem resultar em movimentos que o levam para caminhos opostos ao da conclusão do curso – como é o caso da evasão. Esta seção se propõe à fundamentação de parte do trabalho, colocando a trajetória acadêmica na graduação em posição central, entrelaçando-a com aspectos pontuais da expansão do ensino superior brasileiro. Aqui, define-se como trajetória acadêmica o percurso formativo do estudante marcado pelo ingresso, a permanência e a mobilidade.

Para muitas famílias, o ingresso de um dos seus membros em um curso de graduação significa uma conquista relevante, muitas vezes derivada de esforços hercúleos realizados por gerações anteriores. O acesso à educação superior, por meio da graduação, pode impactar positivamente não somente o estudante, mas todos os que convivem com ele, inspirando-os a seguirem um caminho que possibilita transformar realidades. Isso tem se tornado mais possível nas últimas décadas devido ao

crescimento da educação superior brasileira, que tem tornado o acesso a esse nível de ensino mais amplo e democrático, alterando parte dos fundamentos conservadores de desigualdades observadas no seu estabelecimento. Isso porque houve certa resistência à criação de universidades no País, devido a uma política colonizadora aliada à manutenção de privilégios elitistas. Mesmo que alguns colégios jesuítas ministrassem cursos de filosofia e teologia no século XVI, os estudantes graduados precisavam ir para a Universidade de Coimbra (ou outras universidades europeias) para completar os estudos (Fávero, 2006; Saviani, 2011). Somente em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, foram criados os primeiros cursos superiores por iniciativa oficial. Os anos subsequentes àquela época foram marcados por diversas modificações que tornaram o ensino superior brasileiro mais acessível, resultando em mais estudantes matriculados e também em maior diversificação do público das IES.

Nota-se que, em 1980, foram matriculados 1.377.286 estudantes de graduação. Após 44 anos, esse número foi para 9.976.782 (Inep, 2024). Ao todo, a rede de educação superior brasileira reuniu 2.580 IES em 2023, ofertando mais de 24 milhões de vagas para ingresso em 45.959 cursos (Brasil, 2024a; 2024b). Se em 2014 ingressaram 3.110.848 estudantes em cursos de graduação, esse número subiu para 4.993.992 em 2023 – desses, 153.656 entraram com algum tipo de reserva de vaga. Enquanto isso, o número de estudantes autodeclarados pretos passou de 380,7 mil em 2012 para 922,4 mil em 2023 (Brasil, 2024c). Ainda que esse panorama ratifique o entendimento da ampliação/democratização do ingresso, Senkevics (2021) pondera que, embora a expansão da oferta do ensino superior, associada à implementação de políticas inclusivas (a exemplo da Lei de Cotas), tenha criado a sensação de que finalmente o Brasil havia aberto as portas das IES para uma população historicamente desprovida desse direito, ainda são reproduzidas disparidades sociais. No tocante ao afirmado pelo autor, nota-se, por exemplo, que apesar do crescimento das taxas de acesso à educação superior nos estados do Norte e Nordeste, ainda se perpetua a menor probabilidade de acesso das populações oriundas dessas regiões a esse nível educacional, quando comparadas àquelas provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Brasil, 2024c). A desigualdade no acesso aos cursos de graduação entre brancos e negros, apesar de reduzida, ainda é considerada elevada. Jovens com idade entre 18 e 24 anos (pertencentes ao grupo dos 20% de menor rendimento domiciliar *per capita*) têm aproximadamente sete vezes menos possibilidade de acesso à educação superior do que aqueles da mesma faixa etária, mas que se situam entre os 20% de maior rendimento (Brasil, 2024c). Crê-se, então, que cabe ao Estado aplicar ações ainda mais efetivas para a redução dessas desigualdades.

Parte do processo que tem ampliado o ingresso foi intensificado pela oferta de vagas por

intermediação do setor privado a partir da década de 90, vinculada à instituição de políticas como o Fies e o Prouni, que se propuseram a diminuir os percalços financeiros envolvidos na formação dos estudantes, com vistas a influenciar positivamente a permanência estudantil. No início dos anos 2000, o setor público se propôs ao protagonismo da ampliação do ensino superior, fortalecendo as IES públicas e implementando programas como o Reuni e criando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT). Apesar disso, vê-se que o setor privado ainda é responsável por parte considerável do processo de ampliação do ingresso. Nota-se, por exemplo, que a participação do segmento público tem ficado aquém do planejado, pois, entre 2012 e 2022, ela foi de apenas 7,4% do total de matrícula, afastando-se da meta de 40% do Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014 a 2024 (Brasil, 2024c). Em 2023, enquanto a rede pública abarcou 11,4% dos ingressantes de graduação, as IES privadas absorveram 88,6%. Nesse mesmo ano, quando se observa a oferta de vagas, tem-se que 95,9% delas foram ofertadas por IES privadas (Brasil, 2024a). Outro importante aspecto a se destacar nesse processo de ampliação do ingresso é a crescente vertiginosa da oferta de cursos na modalidade a distância. Entre 2013 e 2023, o número de ingressantes em cursos de graduação presenciais decresceu em 24,6%. Em contrapartida, nos cursos a distância, houve um aumento de 543,1% no ingresso de estudantes (Brasil, 2024a). Além disso, 77,7% das vagas foram destinadas para o ingresso em cursos na modalidade de EaD (Brasil, 2024b). Apesar de os cursos de graduação a distância representarem cerca de 23% do total de cursos ofertados em 2023, eles responderam quase pela metade (49,2%) do total de matrículas daquele ano (Brasil, 2024a; 2024b).

É comum constatar que a discussão sobre permanência estudantil é intrínseca à discussão sobre a desigualdade social, porém, é necessário haver um olhar mais amplo, relacionando-a também com outros aspectos (Mendes, 2020), pois, não bastasse os desafios acadêmicos influenciados pela origem socioeconômica do estudante, têm-se aqueles provenientes da própria entrada em um mundo, para muitos, inexplorado. O início do curso pode ser um momento marcado por uma série de expectativas e inseguranças, ainda mais por aqueles estudantes recém-egressos do ensino médio. Coulon (2017) defende que os estudantes que ingressam no ensino superior nem sempre detêm o nível de conhecimento e hábitos culturais compreendidos como necessários para a vivência no ambiente acadêmico, o qual, quando comparado ao ensino médio, é mais complexo e sofisticado. Além disso, o autor afirma que a democratização do acesso ao ensino superior não foi necessariamente acompanhada da democratização do acesso ao saber, algo que pode influenciar negativamente na permanência estudantil.

Mas o que é permanecer dentro do trajeto acadêmico da graduação? Recorrendo-se a Santos (2009) para responder a essa pergunta, vê-se que a permanência está relacionada ao ato de existir no tempo (horas, dias, semestres, anos), mas não de maneira puramente despercebida, e sim, em consonância com a possibilidade de transformação. Logo, “Permanecer é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras” (Santos, 2019, p. 68). Por intermédio desse entendimento, pode-se inferir que a permanência estudantil se caracteriza pela existência – constante, duradoura e exitosa – do estudante durante o curso, a qual, além de encaminhá-lo para a conclusão, possibilita, a partir de todas as vivências que o ambiente acadêmico proporciona, uma transformação multidimensional. Diante disso, a implementação do Reuni e da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), por exemplo, foram importantes políticas educacionais que, entre outros objetivos, se propuseram a reduzir a evasão e aumentar a conclusão de curso em um cenário mais heterogêneo e constituído por estudantes vulneráveis aos custos associados à formação.

Retornando a Mendes (2020), observa-se que o trajeto acadêmico da graduação é interrompido por dois movimentos principais: a conclusão ou a evasão. O primeiro indica, preliminarmente, que o estudante obteve sucesso acadêmico, enquanto o segundo é, geralmente, associado ao fracasso. Tem-se também o movimento de se transferir para outro curso, seja ele da mesma IES (transferência interna), ou de outra diferente (transferência externa), que, em ambos os casos, é contabilizado como evasão no curso e/ou na IES de origem. Os Indicadores de Fluxo da Educação Superior do Censup demonstram que a Taxa de Desistência Acumulada (TDA)³ entre os ingressantes de 2014 atingiu 60% ao final de dez anos de acompanhamento. Enquanto isso, a Taxa de Conclusão Acumulada (TCA)⁴ da mesma coorte de ingressantes foi de 39% no mesmo período (Brasil, 2024b). Dessa maneira, as elevadas taxas de evasão – resíduo da não permanência – ainda são um desafio para consolidação do processo de expansão do ensino superior brasileiro e da ampliação do número de concluintes, algo que pode ser incluído como meta no próximo Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2024c). Todavia, é oportuno destacar que esse cenário não se restringe exclusivamente ao Brasil, pois em países da América Latina e do Caribe, somente 47% dos estudantes (entre 25 e 29 anos) matriculados em IES completam a

³ A Taxa de Desistência Acumulada (TDA) mede o percentual do número de estudantes que desistiram (desvinculado ou transferido) do curso j até o ano t (acumulado) em relação ao número de ingressantes do curso j no ano T , subtraindo-se o número de estudantes falecidos do curso j do ano T até o ano t (Inep, 2017).

⁴ A Taxa de Conclusão Acumulada (TCA) mede percentual do número de estudantes que se formaram no curso j até o ano t do curso j em relação ao número de ingressantes do curso j no ano T , subtraindo-se o número de estudantes falecidos do curso j do ano T até o ano t (Inep, 2017).

graduação, e mesmo em um país desenvolvido, como os Estados Unidos, a taxa de conclusão é de apenas 67% (Becerra; Alonso; Frias, 2020 *apud* Freitas e Silva; Sampaio, 2022).

Motivos comuns para evasão estudantil no ensino superior

Embora não exista pacificação sobre o conceito de “evasão”, pode-se, de maneira mais genérica, definir este fenômeno como uma ação (voluntária ou não) que leva à interrupção do curso antes da conclusão. Estão incluídas ações como abandonar o curso (não renovar a matrícula para o semestre seguinte), desistir do curso (protocolar pedido explícito de cancelamento da matrícula), transferência para outro curso e/ou IES, ou ainda ter o vínculo com o curso desfeito devido ao descumprimento de regra institucional, ou por força da lei. Por ser indesejável pelas IES e pela possibilidade de afetar diretamente áreas cruciais para o desenvolvimento do País, a evasão tem sido investigada há certo tempo. Contudo, pode-se afirmar que o aprofundamento dessa questão no Brasil iniciou-se com o trabalho realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras em 1995. Naquela ocasião, a Comissão reuniu um conjunto robusto de dados sobre as universidades públicas brasileiras e se objetivou, entre outras coisas, elucidar o conceito de “evasão”, identificar causas internas e externas para o fenômeno, além de pensar ações estratégicas para atenuação do problema (Andifes *et al.*, 1996). No decorrer do tempo, diversos outros trabalhos se debruçaram sobre esta temática, a exemplo de: Bueno (1993), Ristoff (1995), Kira (1998), Silva Filho *et al.* (2007), Baggi e Lopes (2011), Cunha e Morosini (2014), Morosini *et al.* (2012), Vitelli e Fritsch (2016), e Souza e Freitas (2021).

Parte majoritária dos trabalhos acadêmicos busca identificar quais são os motivos que levam os estudantes a evadirem dos seus cursos. Souza, Petró e Gessinger (2012), ao revisarem a bibliografia produzida entre 2000 e 2011 sobre evasão, constataram que 64% das pesquisas sobre o tema buscavam compreender os fatores envolvidos na saída do estudante. Santos e Garcia (2024) também realizaram uma revisão de literatura voltada para a análise do fenômeno, chegando aos motivos influenciadores para evasão, a partir das obras produzidas entre 1990 e 2024. O quadro a seguir reúne e expõe os achados dos autores.

Quadro 1 - Principais causas para evasão no ensino superior

Causas individuais	Causas Institucionais	Causas gerais
--------------------	-----------------------	---------------

<ul style="list-style-type: none"> ● relativos a habilidades de estudo; ● relacionados à personalidade; ● decorrentes da formação escolar anterior; ● dificuldade de compatibilização do curso com a necessidade de trabalhar; ● escolha precoce da profissão; ● dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; ● incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; ● desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; ● dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; ● desinformação a respeito da natureza dos cursos; ● descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular; ● problemas de baixo desempenho e reprovações nas disciplinas; ● escolha inadequada da carreira acadêmica; ● falta de orientação vocacional; ● definição de curso de ingresso; ● fragilidade na escolha inicial; ● expectativas irrealistas sobre a carreira; ● questões de cunho vocacional / opção por novos cursos; ● falta de perspectivas de trabalho e, ● dificuldades pessoais na adaptação ou envolvimento com o curso escolhido. 	<ul style="list-style-type: none"> ● peculiares a questões acadêmicas; ● currículos desatualizados; ● rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; ● relacionadas a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente; ● falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; ● ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, monitoria, programas PET (Programa Especial de treinamento) etc.; ● cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; ● insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamentos de informática etc.; ● inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades; ● localização da instituição; ● fatores didático-pedagógicos / metodológicos dos professores; ● problemas estruturais no curso; e ● ausência de laços afetivos com a instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ● relativos ao mercado de trabalho; ● relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida; ● afeitos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau; ● vinculados a conjunturas econômicas específicas; ● desvalorização da profissão, por exemplo, o "caso" das Licenciaturas; ● dificuldades financeiras do estudante; ● dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; ● ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltadas ao ensino de graduação; ● deficiências acumuladas na educação básica que levam a baixos resultados e repetidas reprovações em disciplinas; ● dificuldades em acompanhar o curso; ● opção por outros rumos; ● desmotivação; ● rebaixamento da autoestima; ● razões econômicas (condições relacionadas ao trabalho e às condições financeiras).
---	---	--

Fonte: Adaptado de Santos e Garcia (2024).

Como pode ser observado, há uma variedade de fatores que atuam de maneira isolada ou em conjunto para que a permanência do estudante até o final do curso seja comprometida. Vê-se também

que é comum os trabalhos optarem por categorizar essas causas, sobretudo em: institucionais – aquelas que dizem respeito às limitações das IES em oferecer o ambiente necessário para permanência e conclusão do curso –; pessoais – são os motivos associados às próprias particularidades dos estudantes –; e as gerais – são as causas mais abrangentes, que de alguma forma atingem toda sociedade, incluindo os estudantes. O rastreamento das causas para evasão é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de ações de enfrentamento assertivas que poderão resultar na permanência estudantil. Dessa maneira, ainda se faz necessário que o Estado realize um levantamento nacional coordenado sobre as causas de evasão em cursos superiores para melhor balizar suas ações (Scali, 2009).

Como exposto nesta seção, o fenômeno da evasão é multicausal, sendo que agrupar os motivos em categorias de análise pode facilitar o direcionamento das estratégias e ações de combate ao problema. Cabe frisar também que o fenômeno pode se manifestar de maneira específica, a partir do contexto em que está inserido. Dessa forma, as causas que levam ao estudante evadir de um curso EaD de uma IES privada podem não ser as mesmas que levam um estudante de um curso presencial de uma IES pública a evadir. Por isso, para além da necessidade de uma visão mais ampla do problema, investigações em cenários particulares colaboram para melhor compreensão do fenômeno. A seguir são apresentadas as características metodológicas envolvidas nas etapas desta investigação com a finalidade de alcançar o objetivo proposto.

Aspectos metodológicos

Retornando ao que havia sido informado na introdução deste texto, este estudo se passou em um *Campus* de um Instituto Federal de Ensino integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT). Essa Rede, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reúne os Institutos Federais (IFs); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008). São “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (Brasil, 2008, Art. 2º). Ao todo, a RFPCT reúne mais de 2.000 cursos de graduação e possui mais de 650 unidades de ensino

(Plataforma Nilo Peçanha, 2025). Por conta da sua grande capilaridade, a RFPCT contribui para que a educação superior chegue a locais distantes dos grandes centros, corroborando para o processo de expansão.

Os cursos superiores do *Campus* estudado são do tipo superiores de tecnologia (também conhecidos como graduações tecnológicas). Consoante o Capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, eles estão inseridos no âmbito da educação profissional e tecnológica, e têm suas diretrizes de organização e funcionamento descritas na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Tendo uma duração mais curta (em média 3 anos), quando comparados ao bacharelado e à licenciatura, os cursos superiores de tecnologia formam profissionais habilitados para atuarem em áreas mais específicas, geralmente relacionadas a setores tecnológicos. Além disso, eles incentivam a capacidade empreendedora e a inovação científico-tecnológica, bem como fomentam o desenvolvimento local e regional. Entre 2013 e 2023 as matrículas em cursos superiores de tecnologia cresceram 103,9%. 82,4% das matrículas em cursos desse tipo foram realizadas na modalidade a distância em 2023 (Brasil, 2024a).

Relembrando o que foi mencionado anteriormente, este estudo se propôs a refletir sobre os desafios envolvidos na permanência de estudantes de graduação, a partir da exploração e análise das causas apontadas como determinantes para o cancelamento de matrícula nos cursos superiores de tecnologia (presenciais e noturnos) de um Instituto Federal de Ensino. Para alcançar esta propositura, através da consulta pública ao Sistema Eletrônico de Informações (Sei) da unidade de ensino, foram levantados 22 relatórios de entrevistas de saída (realizados pelo Serviço Social do *Campus*) presentes nos processos de requerimento de cancelamento de matrícula abertos por estudantes que haviam ingressado entre 2021 e 2024. Fundamentando-se em trabalhos como Scali (2009) e Bardin (2016), os documentos coletados passaram por leitura exploratória e posterior análise do seu conteúdo, que, enquanto técnica de análise de dados, objetiva a descrever de forma precisa, sistemática e qualitativa o teor da comunicação (Gil, 2017). Dessa maneira, o conteúdo presente em cada um dos relatórios de saída foi analisado com vistas à identificação de núcleos temáticos similares que, após agrupados, resultaram nas categorias de representação das causas para o cancelamento do curso. Com o intuito de haver mais clareza na interpretação dos dados, eles também foram submetidos à frequência estatística.

As características metodológicas mais gerais desta produção a enquadram como um estudo com abordagem predominantemente qualitativa e objetivo exploratório/analítico. A seguir são apresentados os resultados encontrados e feitas algumas reflexões em torno deles.

Resultados e reflexões

Inicialmente, vale enfatizar que, diferentemente das outras possíveis formas de evasão (como o abandono e a quebra do vínculo por regra institucional, por exemplo), o pedido de cancelamento de matrícula pelo estudante demonstra que ele tem ciência de que haverá a quebra do vínculo com o curso. Dentro do contexto estudado, é importante destacar como uma atitude positiva a realização de entrevistas com os estudantes, tanto por buscar aprofundar as causas que estão levando à decisão de cancelar a matrícula, assim como, em alguns casos, tentar reverter a evasão apresentando medidas alternativas (a exemplo do trancamento de matrícula) para situações provisórias que estão impossibilitando a permanência do estudante.

Ao todo, foram reunidos 22 relatórios de entrevista de estudantes de três cursos distintos e distribuídos da seguinte forma: 7 de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 9 de Tecnologia em Produção Multimídia e 6 de Tecnologia em Redes de Computadores. A análise dos conteúdos dos documentos levou a 8 categorias de causas determinantes para o cancelamento de matrícula no curso. O quadro a seguir ajuda a ilustrar os achados, expondo os trechos presentes nos relatórios analisados e as respectivas categorias a que foram associados.

Quadro 2 - Categorias das causas relatadas nas entrevistas de cancelamento de matrícula no curso e suas respectivas descrições e trechos associados

Categoria	Descrição	Trechos associados
Adaptação e desempenho acadêmico	Dificuldade de se adaptar ao ambiente acadêmico, assim como obter desempenho satisfatório e suficiente para a continuidade do curso.	<ul style="list-style-type: none">“[...] não conseguiu acompanhar as disciplinas e perdeu duas [...]”;“Quando retornou, como não havia cursado uma disciplina, houve uma tentativa de adequação para este novo semestre, contudo, houve choque de horário”;“Quando chegou aqui em 2024/2 sentiu falta de um acolhimento mais acadêmico, já que não teve contato com docentes nem com a coordenação do curso de Redes”.
Conciliar estudos e trabalho	Refere-se às dificuldades decorrentes da atividade profissional que impedem o estudante de realizar o curso.	<ul style="list-style-type: none">“Houve, portanto, uma dificuldade em conciliar estudo e trabalho [...]”;“[...] Além disso, conseguiu um trabalho que inicia às 14h e finaliza às 22h, o que não a permite estudar no turno noturno”.
Definição e Identificação com o curso	Compreende a prioridade de escolha do curso pelo estudante e a falta de identificação após o ingresso.	<ul style="list-style-type: none">“A estudante não tinha o curso de Produção Multimídia como 1a opção, sempre quis biomedicina, mas para não ficar parada, optou pela matrícula”;“Estudante informou que não se identificou com o curso de Redes”

		<p>[...]" ;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● “[...] o estudante informou que ingressou em 2024.1 no curso de Produção Multimídia [...]”; ● “[...] Informa que cursou um semestre e um pouco mais, porém não se identificou muito com o curso [...]”; ● “Na entrevista de saída, o estudante informou que ingressou em 2023.1 e que o curso não era sua 1a opção [...]. No decorrer das disciplinas, não conseguiu se identificar [...]”; ● “Informa que não se identificou muito com o curso de Redes, apesar de trabalhar na área [...]”; ● “Informa, contudo, que a área de tecnologia não é sua 1a opção, sendo zootecnia”; ● “ Na entrevista de saída, o estudante informou que ingressou em 2024.2 e que o curso não era sua 1a opção”; ● “Na entrevista de saída, o estudante informou que ingressou em 2024.1 no curso de ADS, contudo não se identificou e nunca foi sua 1a opção”.
Institucionais	Relaciona-se a questões da IES, incluindo greves, falta de estrutura, pessoal, práticas pedagógicas, etc.	<ul style="list-style-type: none"> ● “O estudante informou que as maiores motivações para a desistência do curso foi a questão da greve e o cancelamento de duas disciplinas que estavam sem docente, o que iria impactar na sua conclusão [...]. As maiores dificuldades encontradas foram a ausência de informação quanto como funcionam as provas finais, os cálculos para poder passar nas disciplinas, além das escolhas das matérias, por conta de pré-requisitos ”; ● “[...] ponderou sobre o tempo para a conclusão do curso, principalmente se ocorrer outro momento de greve”.
Moradia	Envolve aspectos relacionados aos custos financeiros para manutenção da moradia no mesmo município da IES.	<ul style="list-style-type: none"> ● “Assim, não tem como se manter no nosso <i>campus</i>”; ● “[...] não conseguiu manter os gastos com a moradia [...]”; ● “Na entrevista de saída, o estudante manifestou a dificuldade de se manter [na cidade onde se localiza o <i>Campus</i>], pois é oriundo de Serrinha”; ● “Como é de outra cidade, teve que buscar emprego para poder se manter [...]”;
Mudança de Cidade	Situações (pessoais, profissionais, etc.) que resultaram na mudança de cidade do estudante.	<ul style="list-style-type: none"> ● “A estudante informa que vai se mudar da cidade [...]”; ● “O estudante está se mudando para Salvador [...]”; ● “O estudante está se mudando para Valença [...]”; ● “No momento, está morando em Lauro de Freitas [...]”.
Mudança de curso	Ocasiões onde o estudante saiu do curso atual para ingressar em outro curso de outra IES.	<ul style="list-style-type: none"> ● “ Já está matriculado no curso de direito [...]”. ● “O estudante informou que passou para o curso de psicologia na UFRB [...]”.
Transporte	Envolve aspectos relacionados aos custos financeiros para o deslocamento urbano e/ou interurbano para a IES.	<ul style="list-style-type: none"> ● “Estudante durante um bom período de tempo tentou participar das aulas presenciais, após a pandemia, apesar de ter que se locomover, de forma independente por mais de 160 km diariamente [...]”;

	<ul style="list-style-type: none">• “[...] o estudante informou que ingressou em 2024.1 para o curso que queria, porém houve uma dificuldade muito grande relativa ao deslocamento, já que mora em Cruz das Almas [...]”;• “O estudante informa que por morar em Nazaré, houve dificuldade para se deslocar para assistir às aulas [...]”;• “As maiores dificuldades enfrentadas foram a questão de transporte [...]”;• “Mora distante [do Campus], então tanto o deslocamento quanto o custo foram determinantes para tentar outro curso em outra Instituição mais próxima”;• “[...] e facilitará seu deslocamento, já que mora mais próximo, sendo este fator também motivo de sua decisão [...]”.
--	--

Fonte: Adaptado de Santos e Garcia (2024).

Como observado no quadro acima, a categoria que se relacionou com o maior número de relatos para o cancelamento de matrícula foi a de “Definição e Identificação com o curso”. Ela compreendeu todos os discursos que continham afirmações de que a dificuldade/impossibilidade de permanecer no curso derivou da não identificação com ele após o ingresso, ou por ele não ter sido, desde o princípio, sua primeira opção de escolha no momento da seleção. Quanto a esse aspecto, Scali (2009) observou que após o ingresso, alguns estudantes vivenciam uma discrepância entre suas características e as do curso. Além disso, a autora afirma que, mesmo antes do ingresso na graduação, já existe uma possibilidade de evasão, pois alguns estudantes fazem a escolha pelo curso pautados na possibilidade de transferência no futuro. Bueno (1993) afirma que a escolha pouco fundamentada pelo curso/carreira profissional pode refletir tanto na evasão estudantil, quanto na permanência insatisfatória do estudante. Além das observações feitas pelos autores citados anteriormente, vale lembrar que, em alguns casos, a escolha pelo curso também pode ser balizada por pressões de cunho familiar, social e/ou profissional, fator esse que pode influenciar negativamente na permanência (Santos; Garcia, 2024). Scali (2009) também relata que alguns estudantes participam de seleções simultaneamente à realização do curso, sendo que, em caso de aprovação no curso desejado, acabam deixando o atual. Nesta investigação, houve relatos nesse sentido, como visto na categoria “Mudança de curso”.

A construção de novas IES públicas em áreas afastadas dos centros urbanos (como é o caso do *Campus* estudado) e a instituição de mecanismos como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ocasionaram uma maior migração estudantil. O SiSU busca, desde 2010, democratizar o acesso às IES públicas para aqueles estudantes que realizaram o Enem, evitando que muitos deles precisassem passar por “[...] exames vestibulares de cada instituição, o que propiciava

um emaranhado de datas sobrepostas de provas e de deslocamentos custosos para estudantes que pretendiam pleitear vagas em IES mais distantes” (Gilioli, 2016, p. 36). Dessa forma, aumentou a possibilidade de o estudante concorrer a vagas em diferentes regiões do Brasil, mesmo que algumas delas sejam distantes da sua residência de origem. Ainda que isso pareça benéfico, há quem atribua ao SiSU a responsabilidade pelo aumento do número de vagas ociosas – subproduto da evasão de estudantes oriundos de regiões distantes – e a redução de oportunidades para que os estudantes residentes ingressem em cursos superiores públicos em suas próprias regiões (Gilioli, 2016).

As dificuldades relatadas para manutenção de estadia na cidade onde se localiza a unidade de ensino e aquelas envolvidas no deslocamento para as aulas foram concentradas, respectivamente, nas categorias “Moradia” e “Transporte”. A migração estudantil faz com que os estudantes tenham que arcar com os custos para se manter na cidade onde o curso é ministrado, algo que pode se tornar bastante dispendioso e interferir negativamente na permanência. Silva (2019), por sua vez, acredita que a distância entre o local de residência do estudante e a IES, quando maior que 10 quilômetros, pode ser bastante influente para que ele não permaneça. Por isso, torna-se imprescindível o fortalecimento das políticas de assistência estudantil com o intuito de subsidiar parte dos custos estudantis, influenciando positivamente na permanência, ainda que seja necessário alertar que somente isso, isoladamente, não é o suficiente para conter a evasão de estudantes.

Ristoff (1997) advoga que nem toda evasão configura fracasso (pessoal, institucional etc.), mas sim um movimento natural em um processo de crescimento individual em busca de sucesso e felicidade. Os achados de Silva, Montezano e Almeida (2020) harmonizam com o entendimento de Ristoff (1997), uma vez que os resultados presentes no estudo deles demonstram que 60% dos estudantes evadidos entrevistados acusaram terem obtido ganhos proveitosos após a saída do curso, como: melhora nos relacionamentos interpessoais, conseguir emprego/estágio, fazer outros cursos e intercâmbio. Eventualmente, a busca por novas oportunidades e/ou a mudança nos rumos da vida fazem com que a evasão tenha que se concretizar para que um novo ingresso aconteça em outro local, e quem sabe, também, uma permanência exitosa. A ocorrência da categoria “Mudança de Cidade” representou de alguma forma essa questão, pois se constatou em alguns relatórios que mudanças decorrentes de questões profissionais e pessoais interferiram no cancelamento da matrícula naquele momento. Em contrapartida, ainda que não tenha sido o foco desta investigação, notou-se que, em 20 dos 22 relatórios, havia menção à intenção do ingresso em outro curso após a saída, o que demonstra que a busca pela graduação não cessou.

A categoria das causas “Institucionais” mostra algumas dificuldades para permanência ocasionadas por limitações, na visão dos estudantes, da IES, sobretudo no que se refere às greves, falta de corpo docente e informações mais claras sobre as regras acadêmicas envolvidas nos cálculos de aprovação/reprovação em disciplinas. Para Bueno (1993), embora a palavra evasão seja comumente utilizada para indicar uma postura ativa do estudante em busca do desligamento do curso, há situações em que deveria ser aplicado o conceito de “exclusão”, visto que às vezes a evasão do estudante se dá à revelia da sua vontade. Ou seja, ele é posto para fora (excluído) por conta das limitações institucionais referentes ao aproveitamento e direcionamento do estudante em seu percurso formativo. Em IES públicas, essas limitações institucionais se tornam mais acentuadas devido ao contexto de redução orçamentária, que consequentemente resulta em limitações estruturais, falta de capital humano (corpo técnico e docente), desvalorização de servidores, entre outros problemas.

Ao analisarem o impacto da Emenda Constitucional nº 95/2016 (popularmente conhecida como a Emenda do “Teto dos Gastos”) nas Universidades Federais, Inácio, Ferreira e Rodrigues (2024) relatam a necessidade de recomposição orçamentária, visto que a restrição de recursos para o provimento das funções básicas das IES públicas se contrapõe a um “[...] direito estabelecido na Constituição Federal de 1988, não cumprindo com seu objetivo de controle das contas públicas e melhoria da credibilidade do governo e, ainda, não possibilita a promoção de serviços básicos à sociedade” (Inácio; Ferreira; Rodrigues, 2024, p. 355). Logo, uma das formas que os servidores das IES públicas têm para lutar por um cenário melhor é a greve – um direito assegurado pela Constituição Federal brasileira aos trabalhadores, que devem decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender (Brasil, 1988).

O processo de adaptação ao ambiente acadêmico é essencial para evitar a evasão, pois o sentimento de pertencimento a esse mundo tornará a permanência mais natural e proveitosa. Dessa maneira, para permanecer, é essencial que o estudante se sinta afiliado à comunidade acadêmica, compreendendo suas regras e códigos (sociais, intelectuais, institucionais etc.), e, enfim, passe a se sentir parte integrante do ambiente, deixando de se achar um estrangeiro (Coulon, 2008). A categoria de “Adaptação e desempenho acadêmico” mostra que reprovações em disciplinas e a sensação de falta de acolhimento foram fatores importantes para o cancelamento da matrícula. A reprovação em disciplinas do curso foi observada por Garcia e Santiago (2015) como um dos fatores que mais interferiram na evasão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Enquanto isso, Oliveira, Guimarães e Santana (2019) defendem que as IES têm um papel

importante na construção de um espaço acolhedor, que compreenda as dificuldades do seu público discente para além das questões do ensino, pesquisa e extensão.

No trabalho de Guerra, Ferraz e Medeiros (2019) é possível notar que a dificuldade de harmonizar estudos e trabalho foi o principal fator causador da evasão. Apesar de estar presente de forma habitual em estudos sobre evasão, a conciliação entre estudos e trabalho se apresentou de forma sutil neste estudo. Dessa maneira, a categoria “Conciliar estudos e trabalho” teve poucas menções associadas. Contudo, a necessidade de buscar emprego para poder custear os estudos é algo comum, ainda mais em um contexto no qual, como já mencionado, há restrição de recursos, inclusive para a assistência estudantil. Nos Institutos Federais de Ensino, por exemplo, durante o “[...] período de 2012 a 2022, as matrículas para os cursos de graduação tiveram um aumento de 105%, enquanto os recursos para a assistência estudantil aumentaram apenas 58%” (TCU, 2024, p. 33). Portanto, as obrigatoriedades profissionais acabam criando um paradoxo: a busca pelo emprego se dá pela necessidade de cobrir os custos envolvidos para permanência no curso, que, por sua vez, fica comprometida, justamente pelo choque que ocorre entre as duas atividades. Eventualmente, o estudante se vê obrigado a optar por uma das atividades (estudar ou trabalhar), privilegiando o trabalho sempre que as necessidades de subsistência sua e/ou da sua família sejam mais importantes.

Considerações finais

O processo de expansão do ensino superior brasileiro pode ser retratado, em parte, pelos números trazidos apresentados neste manuscrito. Eles ratificam o progresso desse nível de ensino nas últimas décadas, demonstrando que houve o aumento considerável de IES, cursos e vagas na graduação, resultando em um inegável crescimento do número de matrículas. Parte considerável dessa ampliação, é válido lembrar, deu-se por forte influência do setor privado e da oferta de vagas em cursos a distância. Ainda assim, é importante destacar a atuação do setor público na implementação de políticas e programas voltados para criação e fortalecimento das IES desse segmento, bem como para a democratização do acesso a elas.

Apesar dos avanços, ainda há de despender esforços para que sejam garantidas as condições para permanência estudantil, visto que apenas 4 entre 10 estudantes de graduação concluem o curso – situação que pode interferir negativamente no atendimento das demandas em áreas essenciais para o desenvolvimento nacional. Portanto, a evasão – enquanto resultado das diversas dificuldades

envolvidas para permanência na graduação –, ainda que seja um óbice comum do ambiente educacional, exige atenção, uma vez que pode trazer impactos negativos para toda a sociedade.

Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a refletir sobre os desafios envolvidos na permanência de estudantes de graduação, a partir da exploração e análise das causas apontadas como determinantes para o cancelamento de matrícula nos cursos de um Instituto Federal de Ensino. Para isso se valeu da análise dos relatórios de entrevista de cancelamento de matrícula presentes nos requerimentos protocolados pelos estudantes de três cursos superiores de tecnologia.

Os resultados da análise apontaram que vários são os desafios para a permanência e, consequentemente, influentes para a evasão. Além disso, percebe-se que as adversidades podem ter relação mútua (como por exemplo: a dificuldade de conciliar trabalhos e estudos devido à necessidade de custear os gastos com moradia/transporte/alimentação), tornando o estabelecimento de uma causa determinante para a evasão algo desafiador e que se afasta da característica multifatorial do fenômeno. Observou-se que no contexto estudado os aspectos ligados à categoria de “Definição e Identificação com o curso” foram os mais presentes nos documentos analisados. Tal categoria compreendeu a prioridade de escolha do curso pelo estudante e a falta de identificação após o ingresso, algo que pode, de acordo com a literatura, estar relacionado com a falta de informações mais claras sobre os cursos e os conteúdos que serão abordados, a dificuldade de compreensão da área de atuação profissional, pressão familiar e/ou social para escolha do curso, ou, simplesmente, por ter sido a única opção disponível para o estudante ingressar na graduação naquele momento.

Quanto às limitações deste estudo, observa-se que elas estão relacionadas ao tamanho da amostra analisada — composta por 22 processos —, o que limita, em certa medida, a generalização dos resultados. Esse aspecto se relaciona ao caráter exploratório da pesquisa que se debruçou sobre documentos de acesso público e focou exclusivamente nos casos de evasão motivados por pedidos formais de cancelamento de matrícula (pois são os que permitem a realização das entrevistas pela Assistência Social), sem considerar outras formas de rompimento do vínculo com o curso (exclusão por regra institucional ou não renovação de matrícula, por exemplo). Dessa forma, reconhece-se a possibilidade de estudos futuros mais amplos, que incluem um número maior de casos e incorporem variáveis adicionais — como renda, cor/raça, sexo, entre outras —, possibilitando a caracterização mais detalhada do perfil dos estudantes e a compreensão mais profunda de suas motivações para o cancelamento do curso.

Há de se destacar ainda que as IES possuem limitações no enfrentamento da evasão, pois,

devido à diversidade de fatores envolvidos nesse processo – que, em alguns casos, se relacionam com questões individuais ou socialmente mais abrangentes –, a atuação institucional se vê circunscrita, a princípio, ao aprimoramento dos aspectos intrínsecos à sua própria atuação. Infere-se que, no caso da IES investigada neste estudo, existe a necessidade de maior atenção à forma como as informações sobre os cursos ofertados são divulgadas ao público, de maneira que a comunicação se torne mais assertiva e contribua para um ingresso mais convicto e esclarecido por parte do estudante. Nesse sentido, o estudo sugere que, numa perspectiva mais ampliada de enfrentamento à evasão, exista um ambiente propício para ações institucionais anteriores ao ingresso do estudante e que possam favorecer a sua permanência no curso.

O estudo em questão favorece as reflexões sobre permanência para além daquelas frequentemente ligadas às desigualdades sociais que, infelizmente, ainda se reproduzem nas IES brasileiras e que são reflexo de uma sociedade marcada profundamente por essa característica. Assim sendo, notou-se que a própria configuração para o ingresso em IES públicas, por exemplo, através do Enem/SiSU, aliada à mobilidade acadêmica (transferências entre cursos e/ou IES), amplia as oportunidades para que o estudante se move em busca daquilo que lhe é mais conveniente e satisfatório. Portanto, o que, a princípio, pode ser compreendido como um “fracasso”, devido a não permanência (evasão), é na verdade um movimento em busca de melhores condições e de realização pessoal – algo que foi possível notar neste trabalho através da ocorrência de relatos citando planos para ingressar em outro curso. De modo análogo, pode-se inferir, também, que a conclusão do curso por si só pode não significar necessariamente o “sucesso” do estudante, pois há dimensões individuais envolvidas nessa percepção de fracasso/sucesso que vão além das conceituações institucionais comuns.

Por fim, há expectativa de que este estudo colabore para a discussão sobre a permanência/evasão no ensino superior, bem como para o fortalecimento da literatura sobre estas temáticas, pressupostos esses que podem subsidiar abordagens assertivas de fortalecimento das IES brasileiras.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 27, Dossiê: Políticas de Educação Superior/Artigos, e-49783, 2025

Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_emIES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 03 de ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023.** Brasília, DF : Inep, 2024b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 03 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024.** – Brasília, DF : Inep, 2024c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 5, p. 9-16, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/6F8TQQbf5N3ZsDPGzJJXj9p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2024.

COULON, Alain. **A condição de estudante:** a entrada na vida universitária. Tradução Georgina Gonçalves dos Santos; Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: Edufba, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Revista Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2025.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma

Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n28/n28a03.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

FREITAS E SILVA, Polyana Tenório de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro.

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603–631, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932>. Acesso em: 3 ago. 2025.

GARCIA, Fernando Coutinho; SANTIAGO, Elbe Figueiredo Brandão. Mecanismo de enfrentamento à evasão no ensino superior público: inserção do conteúdo sobre profissões no ensino médio. **Gestão Pública: práticas e desafios**, Recife, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/952278.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil**: expansão da rede, SiSU e desafios. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo técnico). Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28239>. Acesso em: 3 ago. 2025.

GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito; FERRAZ, Rita Maria Correia; MEDEIROS, Jássio Pereira de. Evasão na educação superior de um instituto federal do nordeste brasileiro (Evasion in higher education of a federal institute of the Brazilian northeast). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. I.], v. 13, n. 2, p. 533-553, 2019. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2529>. Acesso em: 12 abr. 2024.

INÁCIO, Letícia; FERREIRA, Luciana da Silva; RODRIGUES, Roberto de Souza. Educação Superior no Brasil: o impacto do “Teto dos Gastos” no orçamento das universidades federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 339–359, 29 Jul 2024. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/23977>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior**. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Apresentação da Coletiva de Imprensa: Censo da Educação Superior 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_ce_nso_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 46, n. 2, p. 385–407, 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4040>. Acesso em: 3 ago. 2025.

OLIVEIRA, Bruna de; GUIMARÃES, Lucas José; SANTANA, Thainá Nunes Pires. O caminho para a redução

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 27, Dossiê: Políticas de Educação Superior/Artigos, e-49783, 2025

da evasão de estudantes nas instituições de ensino superior. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 155-164, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1864>. Acesso em: 10 abr. 2024

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 24 set. 2024.

RISTOFF, Dilvo. **Evasão**: exclusão ou mobilidade. Florianópolis: UFSC, 1995.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. O fenômeno da evasão de estudantes de graduação: uma pesquisa bibliográfica. **Cadernos Cajuína**, [S. I.], v. 9, n. 6, p. e249604, 2024. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/707>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poésis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia**: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610471>. Acesso em: 10 set. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso**: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/pt-br.php>. Acesso em: 03 ago. 2025.

SILVA, Everson Mizael Cortez. **Um modelo descritivo para auxiliar o acompanhamento da evasão escolar nos cursos técnicos e superiores no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - Campus do São Gonçalo do Amarante**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) – Instituto Metrópole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28334>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SILVA, David Leonardo Bouças da; MONTEZANO, Lana; ALMEIDA, Igor Carneiro de. Evasão de estudantes dos cursos de turismo e hotelaria de uma universidade federal brasileira: motivos e consequências. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, [S. I.], v. 9, n. 2, p. 177-198, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/15853>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2013. Disponível em:

Djair Araújo Santos; Rosineide Pereira Mubarack Garcia

<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/346>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SOUZA, Clair Teresinha de; PETRÓ, Caroline da Silva; GEISINGER, Rosana Maria. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. **Congresos CLABES**. 2012. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/868>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão nº 986/2024** - Plenário. Relator: Ministro Antônio Anastasia. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2641961>. Acesso em: 01 out. 2024

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: André Luis Machado Galvão.